

## Editorial

**Q**uadragésima edição da Revista Avaliação. Dez anos buscando contribuir para o aprofundamento das reflexões e estudos sobre educação superior e avaliação. Muitas e complexas têm sido as novas demandas que se apresentam à educação superior nestes tempos de globalização. As respostas têm sido variadas e de diferentes níveis de qualidade. A educação superior cada vez mais se amplia como iniciativa privada. Por essas razões e outras, a avaliação da educação superior ganha sempre mais importância em toda parte. Nestes últimos dez anos de existência desta Revista, muito se construiu no campo teórico e prático da avaliação da educação superior, tanto nos SES, como nas IES, ora mais como fiscalização e controle, ora sobretudo como reflexão e construção de relações, mais como prestação de contas à sociedade ou como exercício de fortalecimento da autonomia. Ainda que com enormes problemas técnicos, políticos e mesmo éticos, as avaliações da educação superior ganham espaço e presença em todos os países e pouco a pouco se consolidam como cultura. Mesmo admitindo os conflitos de interesses e de visões, hoje não há quem não veja a avaliação como necessária e importante, seja como política de estado, seja como compreensão e auto-regulação institucional. A avaliação presta contas à sociedade a respeito da qualidade das instituições e dos cursos que o estado autoriza a funcionar e cujos diplomas legitima. É também fundamental que a avaliação coloque em questão os objetivos e as práticas, os processos e os resultados e a responsabilidade social de cada instituição, ou seja, as respostas dadas ao mandato que cada instituição recebe da sociedade relativamente à formação de cidadãos, promoção de cultura, ciência e tecnologia e de fortalecimento da sociedade democrática. Temas de grande atualidade e certamente muito importantes estão tratados neste número. Por exemplo, a questão da acreditação e do financiamento, que são elementos centrais nas transformações da educação superior e o da internacionalização. **Claudio Rama** apresenta um rico panorama das políticas e práticas de acreditação na América Latina. A questão da garantia de qualidade em situações de rápida transformação e de demandas importantes e diferenciadas está se tornando cada vez mais complicada aos sistemas de educação superior da América Latina. O autor trata das contradições, dificuldades e assimetrias existentes nos distintos sistemas de educação superior e argumenta em favor de uma mudança de paradigma da avaliação e da acreditação. Na edição anterior, trouxemos um artigo de Burton Clark que propõe a necessidade de as universidades estabelecerem estratégias de sustentabilidade, ante a drástica redução dos recursos públicos. Nesta edição, **Valdemar Sguissardi** analisa a constante diminuição dos valores do financiamento da educação superior pública brasileira. A partir desse quadro, reflete sobre o significado da proposta *do novo modelo* de financiamento para o setor público federal constante da 3ª versão do anteprojeto de Lei da Reforma Universitária, buscando verificar possíveis avanços e limitações. Finalmente, diante da conjuntura econômica e política vigente, o autor levanta algumas hipóteses (pessimistas) sobre as possibilidades de este anteprojeto transformar-se em Lei sem eventuais grandes modificações no Congresso Nacional ou vetos presidenciais. Outro tema de grande interesse é o das políticas e avaliações de ciência e tecnologia. **Rafael Dias e Renato Dagnino** apresentam um panorama das políticas de ciência e tecnologia comandadas pelos Estados Unidos desde a segunda grande guerra. Segundo

os autores, a visão linear dos *policy makers* acerca das relações entre ciência, tecnologia e sociedade tem importante referência no relatório *Science: the Endless Frontier*, elaborado por Vannevar Bush, há 6 décadas, por determinação do então presidente Roosevelt. Neste texto, Dias e Dagnino criticam a visão herdeira das idéias positivistas sobre as sociedades contemporâneas segundo as quais a ciência seria instrumento que conduziria linearmente ao progresso. Apresentam os principais efeitos desse relatório de V. Bush nas políticas de ciência e tecnologia e, de modo particular, criticam os impactos dessa visão linear na formulação e na avaliação de políticas científicas e tecnológicas na América Latina, especialmente no Brasil, onde essa mentalidade, conformada nos EUA na primeira metade do século XX, ainda representa um fator significativamente forte dentro da condução da política científica e tecnológica. **Angela Siqueira** reflete sobre o significado da internacionalização do conhecimento, no contexto da globalização, em que a educação e a pesquisa progressivamente deixam de ser consideradas um direito público universal e passam a ser vistas como propriedade privada ou um tipo especial de mercadoria a ser explorada. A autora passa em revista algumas propostas e iniciativas de instituições multilaterais (Banco Mundial, UNESCO, OMC) e de alguns países ou grupo de países (p.ex., Processo de Bolonha). O texto também aponta como a busca de lucros vem moldando uma nova cultura, legitimando certos tipos de conhecimento, afetando universidades públicas e privadas, no que tange ao processo de produção, financiamento, distribuição e legitimação do conhecimento, bem como os programas de pós-graduação, em termos de objetivos, conteúdos, duração/tempo de integralização e títulos conferidos. **Mara Regina Lemes De Sordi** examina os efeitos do SINAES nos cursos da área de saúde. Após apresentar alguns dilemas, dificuldades e desafios contidos nas políticas definidoras da qualidade para o ensino desses cursos, discute como as instituições podem se beneficiar de um processo de avaliação comprometido com a produção da qualidade social na formação em saúde. **Iria Brzezinski, Maria Esperança F. Carneiro e Wanderley Azevedo de Brito** descrevem a avaliação dos cursos de Licenciatura Plena Parcelada promovida pela UEG, dando ênfase à questão do método. Para os autores, são pressupostos importantes da avaliação a realização de pesquisas, a elaboração de uma política institucional de auto-avaliação e o desenvolvimento de uma cultura de avaliação. O artigo apresenta os principais resultados positivos atingidos naquele processo de avaliação, bem como os pontos negativos detectados. **Gianna Lepre Perim e Sueli Petry da Luz** se propõem a compreender a avaliação no contexto da escola e esta no contexto da sociedade, a partir de alguns autores e principalmente da proposta da Escola de Trabalho de Pistrak. Segundo elas, os autores estudados e particularmente Pistrak oferecem elementos de contraponto importantes para análise e reflexão das práticas educativas e da organização da escola, a auto-organização dos alunos e da avaliação, as relações de poder entre professores e alunos e as relações entre escola, avaliação e trabalho. **Francisco de Paula Marques Rodrigues, Clara Irene Veiga Barbosa e Maria Dias Blois**, partindo da experiência conduzida pela Universidade Católica de Pelotas, refletem sobre o processo de avaliação institucional, especialmente da avaliação docente, como possibilidade de aperfeiçoamento didático-pedagógico, baseada na socialização da prática de “bons professores”. Boa leitura!